

Fátima Sequeira

*Universidade do Minho; fsequeira@iep.uminho.pt*

## Tentações de lucro ameaçam a Universidade

Homenagem a um professor que não se deixou tentar

*“... enquanto vivemos, enquanto estamos entre seres vivos, cultivemos  
a nossa humanidade”.*

SÉNECA

Nas ocasiões da vida em que paramos para olhar, reconhecidos e com admiração, uma figura que nos habituamos a situar nos contextos da sabedoria, nas asas da descoberta de novos lugares, de outras línguas e culturas, nos meandros das emoções que motivam as escolhas do quotidiano e dos amigos, do modo de olhar a natureza e de saborear os prazeres que esta oferece, não é fácil escolher um texto que, na forma e no conteúdo, preste homenagem ao cientista, ao professor, ao homem. Embora a ciência deva ser um tributo da e para a humanidade, nem sempre ela cumpre os seus objetivos fundacionais que se realizam no engrandecimento do homem todo e no seu relacionamento partilhado, solidário com os outros. Assim, o pequeno texto que redijo pretende ser a homenagem, em forma de reflexão, sobre o que hoje a Universidade representa para cada um de nós e para os outros, que saberes deve privilegiar, que relacionamentos, que escolhas devem ser feitas, que caminhos devem ser percorridos.

Esta reflexão é ela também consequência da vida, das escolhas, dos saberes que professores como o Mário Vilela nos têm proporcionado e que nos ajudam a entender a missão mais verdadeira que a Universidade deve prosseguir.

Se no passado existiram relações estáveis e racionais entre as Instituições detentoras do saber e a comunidade envolvente; se os discursos se basearam nas narrativas que enformaram os grandes cânones: clássico, literário, religioso, artístico e que transmitiram os mais importantes conhecimentos do mundo; se essas narrativas procuraram, de algum modo, uniformizar o conhecimento, como poderemos reagir, hoje, às alterações que, convulsivamente, a sociedade exhibe e constrói? Se essas narrativas são postas em causa, o que nos resta em termos de legitimação do saber? Como nos equilibramos perante o desencanto, a instabilidade, a tensão entre regras e rupturas, entre o individual e o colectivo, ante o confronto de religiões, crenças, etnias, valores? Como é que destas incertezas se parte para os valores da justiça, da ética, da paz?

É precisamente para respondermos a estas perguntas que temos de reflectir sobre o mundo em que vivemos, não para nos acomodarmos a ele, acriticamente, mas para nos prepararmos para a descoberta, para o imprevisível, procurando, não uma estabilidade total mas tentando, a partir de uma autonomia reflexiva e crítica, criar estabilidades mais ou menos dinâmicas, processuais, geradoras de outros e diferentes caminhos para o progresso da humanidade.

Neste processo de espiral em que nos envolvemos ao vivermos e reflectirmos a nossa história, no quotidiano das nossas interrogações, existem estruturas fundacionais que devem ser fortalecidas pelo estudo, pela experiência e pela reflexão. São estas estruturas que fundamentam as grandes e nobres decisões que acompanham ou abrem caminho às grandes inovações, à mudança e à qualidade dos programas estratégicos que a sociedade exige.

Nestes tempos de mudanças sociais, económicas, políticas, as Universidades devem ter um lugar de charneira na construção do conhecimento que a sociedade e os organismos mundiais reivindicam para que o mundo se torne mais justo. No entanto, o papel das Universidades tem sido entendido de diferentes maneiras ao longo dos tempos.

Desde a universidade detentora de saberes abstractos, hermeticamente distanciados da sociedade, saberes esses edificados sobre o estudo e as investigações individuais, transmitidos a cada geração como grandes verdades universais, mais ou menos imutáveis, até uma Universidade mercantilista, subordinada às pressões do mercado e da sociedade, onde a ciência utilitária é cada vez mais o objecto e o objectivo dos governos e de alguns académicos, tem-se verificado um hiato que cabe aos académicos preencher, pensando e reflectindo sobre o verdadeiro sentido da Universidade, hoje.

A Sociedade do Conhecimento, desafio estratégico da União Europeia entre 2002 e 2010, juntamente com os desafios propostos pelas Nações Unidas na Educação para o Desenvolvimento Sustentável entre 2005 e 2014, a década dos Direitos Humanos reclamam, de muitas organizações e de todos os governos, uma participação activa na construção de uma sociedade que encara a mudança e o desenvolvimento como acções participativas de todos nós. Neste contexto, as Universidades devem impor-se como um fórum da liberdade de pensamento e de expressão, como o motor do conhecimento, da cultura e da cidadania, não esquecendo também que têm de ter em conta as perspectivas economicistas e sociais que a sociedade impõe.

Mas se por um lado vemos a Universidade como a Instituição do saber independente que lidera o pensamento do mundo, que protege e reúne no seu interior cientistas e pensadores que privilegiam a criação do saber e procuram aplicá-lo às carências sociais, também nos surpreendemos com os caminhos desviantes que a Universidade tem percorrido.

Nas últimas décadas, as Universidades têm entrado num circuito de mercado em que vendem o seu pensamento e as suas práticas a quem as assedia e a quem lhes paga serviços. Sabemos como as Universidades americanas tem sido subsidiadas em larga escala pelo desporto. Hoje, essa procura de financiamento já não se limita aos programas de desporto mas, parte também de outras escolas e departamentos como os de ciências, economia, gestão etc. Por outro lado, as descobertas científicas universitárias são disputadas, em muitos países, por grandes indústrias; os laboratórios informáticos ajudam as Universidades no caminho da inovação e da criatividade a troco de uma sub-

missão aos seus materiais de consumo. Se esta relação Universidade/Sociedade é relevante, do ponto de vista do conhecimento que ambas as partes devem partilhar, já a exagerada submissão da Universidade às solicitações do mercado exterior podem agravar a falta de independência que nesses casos se pode vir a verificar.

O nosso país, a uma escala mais reduzida, não tem fugido a esta tendência.

As nossas Universidades caminham para a mercantilização, num frenesim que lhe é imposto por factores que são quase todos externos à Instituição.

Desde a década de 70, no séc.xx, quando as novas Universidades, e em seguida os Institutos Politécnicos, abriram portas em regiões do país com índices educativos e sociais mais baixos mas onde as comunidades industrial, agrícola, empresarial mostravam sinais de mudança e modernização que a ligação Universidade/ Comunidade tem sido um dos principais objectivos dos programas universitários.

A Universidade de projectos que implica dinâmicas e alternativas a programas que vão mudando de objecto conforme a sociedade se vai transformando, a ligação à terra, ao mar ao ambiente na sua generalidade, são grandes metas que têm alterado o rosto das instituições de Ensino Superior, nomeadamente as Universidades.

À medida que estas vão saindo dos seus claustros onde no passado se criava e perpetuava conhecimento, vão surgindo, de fora do sistema, ofertas materiais em troca de produtos do conhecimento, como descobertas e aplicações científicas, assessorias, consultorias e outras. A Universidade estendeu os seus domínios e o seu nome impôs-se às regiões, beneficiou de protocolos, de projectos financiados externamente, mas criou uma dependência financeira que a pode prejudicar em situação de mudança de objectivos da região e do país, em crises económicas, em problemas de competitividade.

Se não houver continuidade ou alternativas positivas ao desenvolvimento das Universidades, as estruturas que elas criaram para dar resposta aos problemas exteriores vão estiolando e os recursos instrumentais e humanos terão de ser posicionados noutras direcções. É o que sucede com as pressões do mercado nem sempre consentâneas com o verdadeiro espírito universitário.

Está estabelecido nos Estatutos das Universidades que a sua missão inclui três vertentes: o ensino, a investigação e a extensão universitária. Assim estabelece também o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) quando orienta a carreira dos docentes universitários.

O ensino, nas nossas universidades, ocupa a maior parcela da actividade docente. A investigação, que deveria ocupar também um lugar relevante, até porque é nela que incide o maior peso da avaliação docente universitária em termos de progressão na carreira, é feita, por vezes, em situação de alguma precariedade de tempo e de recursos materiais. A extensão universitária depende, como todos sabemos, da existência de um mercado que estabelece as suas leis, nem sempre justas, para o prestador de serviços.

Paralelamente a estas três vertentes existe uma outra que, cada vez mais, absorve o docente numa voragem tecnológica e economicista que é a gestão universitária. Tudo o que no passado competia a técnicos especializados é hoje competência do docente que, para além de pensar a sua ciência, de a transmitir e incentivar nos seus alunos, de organizar a sua investigação e disseminar os resultados a nível nacional e internacional, de percorrer o país em júris de provas académicas e painéis de avalia-

ção, para além de tudo isto, tem de ser o gestor e o organizador de toda a burocracia que as Universidades exigem.

As exigências cometidas às Universidades colocam-nas numa plataforma competitiva com outras organizações relacionadas com a cultura, a ciência, a indústria, a comunicação mas sem os meios de publicidade e afirmação que estas possuem.

Assim, as Universidades, que deveriam ser organizações não lucrativas financeiramente, visto que o maior lucro que elas poderão dar é o lucro da sabedoria e da formação humana, estão a tornar-se em Instituições cuja prioridade é fazer dinheiro, comercializar os seus cursos e a sua investigação. Nas empresas, o trabalho e todo o esforço colectivo é medido a prazo e escrito em relatórios também eles com prazos e resultados fiáveis; as universidades, por muito que se lhes queira exigir o mesmo tipo de comportamento, elas não se constroem nem actuam da mesma maneira. Primeiro porque há ensino e há aprendizagem. Há professores e alunos e uns e outros aprendem e ensinam em partilha e com um tempo de espera, de abordagem, de preparação, de construção que não se coaduna com resultados a curto prazo, mas sim com um caminho processual que se vai abrindo e completando. Em segundo lugar porque a investigação se faz também no âmbito do ensino e da aprendizagem relacionando casos, confirmando teorias através das práticas e levando estas a reflectir sobre a construção de novas teorias.

Evidentemente que é também missão da Universidade, hoje, a resposta às questões do mundo exterior, mas essa resposta, não pode, muitas das vezes, ser dada nos mesmos moldes e princípios por todos os departamentos da Universidade que têm a seu cargo tarefas de ensino nobres e pesadas. Esses departamentos, que não conseguem gerar muito dinheiro, não devem ser penalizados nas suas infra estruturas, na possibilidade de gerir e dinamizar actividades no âmbito das suas ciências.

Na construção da sociedade do conhecimento surge a sociedade da informação que não deve ser um fim em si mesmo mas sim um suporte através do qual as tecnologias da informação e comunicação (TIC) ajudam ao desenvolvimento sustentável na construção de um mundo melhor participado e reflectido por todos.

Neste contexto, as Universidades, ao contribuírem para o modelo da sociedade do conhecimento, terão de ter recursos humanos e financeiros que lhes permitam partilhar essa construção com outras organizações públicas ou privadas de modo a que, em conjunto, os modelos de coesão e bem estar social, de educação e formação ao longo da vida possam esbater as fronteiras da iliteracia, da exclusão e do abandono.

Aos governos compete facilitar a organização desta democracia participada onde, com regras e procedimentos transparentes a sociedade civil, organizada, responsável, pode ajudar as Universidades a cumprir o que a Magna Carta das Universidades das Universidades Europeias, assinada em Bolonha em Setembro de 1988 proclama: os povos e os governos devem tomar consciência do papel das Universidades no desenvolvimento da sociedade do conhecimento; o futuro da humanidade depende da cultura que se produz e transmite em centros de cultura, de conhecimento e de investigação.

Embora esteja escrito na Magna Carta que as Universidades se têm de abrir cada vez mais às necessidades do mundo contemporâneo, elas devem considerar-se ainda como entidades autónomas, independentes dos poderes políticos, económicos e ideológicos (Veiga Simão, Machado dos Santos, Almeida Costa, 2002).

Justifica-se assim que o financiamento das Universidades seja atribuído em função de exigências de qualidade, por períodos alargados de tempo e não ao sabor das alterações de governos e de ministros. O financiamento não pode, de um modo cego, pesar no mesmo prato da balança os produtos acabados de uma ciência mais utilitária, mais rápida na sua execução e aplicação, e os produtos humanísticos, demorados no tempo e na forma.

Apesar dos engenhos publicitários de que as Universidades se servem para atrair alunos, o número destes decresceu significativamente. O modelo de financiamento por aluno, os despedimentos e a não admissão de docentes nem sempre são compatíveis com uma justa reorganização dos saberes na Universidade.

Os cursos de formação de professores e educadores representam desde 1974 e, com maior qualidade desde 1986, aquando da promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), uma das maiores revoluções no sistema universitário e politécnico português, já porque instituiu uma formação de nível superior para os educadores e professores de todos os graus de ensino já pela investigação que, a nível educacional, se promoveu no país.

Tem sido esta formação a mais afectada pelos problemas que afectam as Universidades, especialmente a dos cursos humanísticos. Daí que as Universidades tenham sido colocadas numa encruzilhada: ou adaptam os seus saberes e as suas convicções a novos programas, ou, a falta de financiamento asfixia departamentos e centros de investigação numa morte lenta, sem grande esperança numa ressurreição bem sucedida uma vez que, em certas áreas, não serão formados, nas próximas décadas, cientistas, investigadores, professores de áreas humanísticas fundamentais na formação dos gestores, dos físicos, dos médicos, dos informáticos, dos economistas, dos políticos, etc. Se as áreas que hoje não dão dinheiro às Universidades são asfixiadas, como é que a formação integral dos indivíduos se completa, como é que os cânones clássicos, literários, culturais, religiosos sobrevivem ao pragmatismo e imediatismo? Onde estão os lugares, os tempos, os silêncios para pensar? Onde tem lugar a liberdade do pensamento e da reflexão?

Como diz Ferreira Patrício (1993)

Perante a vertigem da mudança deste tempo, perante o turbilhão axiológico que se apoderou de nós, é mais do que nunca necessário conservar, ou recuperar, o equilíbrio da consciência que julga ..... Há ordens de valores; há planos de valores; há uma escala de valia das ordens de valores e dos valores dentro de cada ordem ..... A axiologia educacional deve ser um espaço privilegiado para fundamentar, reflectir criticamente e ordenar o pensamento axiológico dos professores..... não é evidentemente único..... A axiologia educacional é, no fundo, o lugar comum e o ponto de chegada de todo este processo.

Daí que a Educação deva ser pluridimensional de modo a formar todos na sua integralidade e na integridade de si próprios.

Embora haja por parte de alguns a ideia de que o verdadeiro cidadão se forma, basicamente no conhecimento factual, parece-nos que um cidadão se forma em três dimensões: pelo exame crítico de si próprio e das suas tradições; pelo alargamento da sua acção e da sua ligação a outros cidadãos do mundo; pela capacidade de entender e tolerar os outros, os mais distanciados, os que são diferentes de nós próprios.

A Universalidade destes estudos, a sua relevância, os conhecimentos da história, da sociedade, da psicologia, da filosofia, da língua, da literatura, ajudam a formar o cidadão em outras áreas da ciência e tecnologia.

As literacias científicas só se completam na abrangência dos vários saberes.

Resta-nos pois um legado enorme nas nossas Universidades, nomeadamente nas áreas das ciências humanas, que não pode ser desprezado pois nele se erguem as estruturas do pensamento humano.

A obra do professor Mário Vilela inscreve-se nestas estruturas de liberdade que não queremos ver desaparecer. A sua cultura, de formação clássica e filológica, despertou-lhe o gosto pela língua e seus meandros, apurou-lhe o método, entrançou filosofia e pragmática, registou gramáticas e textos. A sua inquietação, o seu espírito curioso levou-o a outras terras, a outras culturas e outras línguas, como cidadão da Europa e do mundo, promovendo a universalidade que é missão de todo o professor.

Não podemos deixar que a Universidade, nos caminhos cegos do utilitarismo imediato, de pendor economicista, perca a visão abrangente do Universal, os valores da humanidade, a capacidade de pensar em liberdade, reflectir e decidir de acordo com aqueles valores universais.

Afinal, não é conceber uma Academia como a que Aristófanes retrata nas suas peças em que a velha educação é exaltada em termos de um regime disciplinado, patriótico, com muita memorização, pouca reflexão e uma cega obediência aos seus maiores, mas sim uma nova educação, argumentativa, de auto crítica, mais liberal, representada por Sócrates, o homem das palavras... E as palavras são o princípio e o culminar da humanidade e são a memória do que fica quando tudo já se foi.

**BIBLIOGRAFIA**

- BOK, Derek (2003), *Universities in the Marketplace*, New Jersey, Princeton University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2003), *Cultivating Humanity*, Cambridge, Harvard University Press.
- PATRÍCIO, Manuel (1993), *Lições de Axiologia Educacional*, Lisboa, Univ. Aberta.
- SIMÃO, J. Veiga; SANTOS, S. Machado e COSTA, A. Almeida (2002), *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Lisboa, Gradiva.

